



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

A homossexualidade nas páginas do jornal diário de Pernambuco nos anos 70
(gênero artigo científico)

Armindo de Almeida Pereira

RECIFE

2021

Armindo de Almeida Pereira

A homossexualidade nas páginas do jornal diário de Pernambuco nos anos 70

Artigo científico apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Lúcia Falcão Barbosa.

RECIFE

2021



**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
TERMO DE APROVAÇÃO DE TCC**

ARMINDO DE ALMEIDA PEREIRA

**A HOMOSSEXUALIDADE NAS PÁGINAS DO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO
NOS ANOS 70**

Trabalho de conclusão de curso aprovado com nota **9,5** como requisito para conclusão da disciplina de TCC II (Cód. 04803), pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a): Lúcia Falcão Barbosa Nota: 9,5

Membro interno: Marcília Gama da Silva Nota: 9,5

Membro externo: Sandro José da Silva Nota: 9,5

Média das notas: **9,5**

Recife, 05 de março de 2021.

A HOMOSSEXUALIDADE NAS PÁGINAS DO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO NOS ANOS 70

Armindo de Almeida Pereira

Resumo

Este artigo aborda o tema da homossexualidade estampado nas notícias do jornal Diário de Pernambuco nos anos 70. Como se deram a construção do sentido de identidade gay, o estigma e o preconceito social nessa época? Quais eram as normativas legais e a rede de informações contra homossexuais? Foi empreendido um estudo de caso sobre a forma como a notícia do I Congresso dos Homossexuais, em Caruaru, repercutiu na capital. A metodologia utilizada busca entrelaçar os estudos já existentes sobre a homossexualidade com fontes históricas de jornais da época. O objetivo é analisar as estratégias institucionais e sociais que fundamentam a repressão e discriminação contra os homossexuais e sua cultura.

Palavras-chave: homossexualidade; ditadura; jornal Diário de Pernambuco.

HOMOSEXUALITY IN THE NEWSPAPER DIARIO DE PERNAMBUCO IN THE 70's Abstract

This article addresses the theme of homosexuality in the news of the newspaper Diário de Pernambuco in the 1970s. How did the construction of gay identity, stigma and social prejudice about homosexuality take place at that time? What were the legal regulations and the information network against homosexuals? A case study was undertaken on how the news from the 1st Congress of Homosexuals, in Caruaru, reverberated in the capital. The methodology used seeks to intertwine the existing studies on homosexuality with historical sources of newspapers of the time. The aim is to analyze the different institutional and social strategies that underlie repression and discrimination against homosexuals and their culture.

Keywords: homosexuality; dictatorship; newspaper Diário de Pernambuco.

LA HOMOSEXUALIDAD EN LAS NOTICIAS DEL PERIÓDICO DIARIO DE PERNAMBUCO EN LOS AÑOS 70

Resumen

Este artículo aborda el tema de la homosexualidad en las noticias del periódico Diário de Pernambuco en los años 1970. ¿Cómo se construyó la identidad gay, el estigma y el prejuicio social sobre la homosexualidad en ese momento? ¿Cuáles eran las regulaciones y la red de información contra los homosexuales? Se realizó un estudio de caso sobre cómo repercutieron en la capital las noticias del I Congreso de Homosexuales, en Caruaru. La metodología utilizada busca entrelazar los estudios sobre la homosexualidad con fuentes históricas de los periódicos de la época. El objetivo es analizar las diferentes estrategias institucionales y sociales que subyacen a la represión y discriminación contra los homosexuales y su cultura.

Palabras clave: homosexualidad; dictadura; periódico Diário de Pernambuco.

Biografia do autor

Licenciado em História pelo Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP: 52171-900 - Recife/PE, e-mail: armindo.pereira@ufrpe.br e ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0505-1459>

1. Introdução: preparando a cena

Nos anos 70, durante o governo militar no Brasil, Lolita, um homossexual muito conhecido na cidade do Recife, não tinha medo de assumir sua sexualidade em público: era como uma performance ambulante. Visto como um artista por muitos, ele andava com roupas femininas e vivia às ruas, perfumado, cantando e esbanjando sua sexualidade. Era quase um nômade, pois morava em diferentes pontos da cidade. Foi considerado por muitos intelectuais como um dos últimos *flâneur* de Recife:

Na realidade, esses supostos *flâneur*, que aqui classificamos como programáticos, adotavam de forma premeditada a estética do flanador para expressar a sua insatisfação econômica, social, política e cultural com uma sociedade que lhes havia negado reconhecimento ou podia prescindir de seus méritos. Uma boa parte deles era composta por trabalhadores não-manuais que não haviam conseguido ocupar postos de trabalho na modernização da economia brasileira, frustrando, assim, as possibilidades de satisfazerem os seus anseios meritocráticos e de status social (NASCIMENTO, 2004: p.54).

O Recife, sob comando político de Augusto Lucena, passava por reformas que supostamente deveriam trazer progresso e desenvolvimento para a cidade. Ao mesmo tempo, a cidade era atravessada por discursos e práticas políticas conservadoras. Essa mistura de progresso econômico e conservadorismo político marcou os anos 70 no Recife. A cidade atraía os olhos de diferentes investidores e empresas de grande porte, mas seus investimentos tinham como público-alvo a boa família do Recife: as pessoas de bem que poderiam consumir nos grandes centros e bares que o dinheiro ditava, ou onde as quatro rodas tomavam espaço e abriam caminhos.

Durante o início da década de 1970 o Recife passou por várias transformações espaciais, refletidas até hoje em seu planejamento urbano. O historiador Luís Manuel Domingues descreve o ideário que estava sendo estabelecido no período da ditadura civil militar, durante o mandato de Augusto Lucena como prefeito da cidade: a modernização surtia efeitos danosos através do apagamento eletivo (e seletivo) de memórias e culturas – tendo em vista que eram postas abaixo casas de cômodo, pensões estudantis, a Igreja dos Martírios; lugares de sociabilidade, monumentos e imóveis que contavam a história da cidade numa perspectiva de classe social, etnia e gênero.

O “milagre econômico” defendido durante o regime militar trouxe à tona a aceleração da industrialização e da indústria automobilística. Com isso novos projetos começaram a ser traçados para a cidade. O tráfego viário tornou-se pauta principal do planejamento e da urbanização, com o objetivo de recepcionar um grupo seletivo, que possuía capital, automóveis, poder político e econômico. A partir daí o objetivo da gestão pública visava o alargamento das

vias e a otimização do tempo gasto no tráfego viário entre os principais centros econômicos da cidade.

Sendo assim, vários imóveis do patrimônio histórico-cultural da cidade foram demolidos para a construção das grandes avenidas. A avenida Dantas Barreto é fruto dessa política depreciadora de uma determinada memória da cidade, construída sobre os escombros da Igreja do Bom Jesus dos Martírios ou Irmandade dos Homens Pardos, a qual foi a única igreja do Brasil totalmente edificada pelos escravizados (NASCIMENTO, op. cit., p. 102). Esse mesmo projeto de cidade/sociedade defendia padrões e costumes de uma elite capitalista e tradicional e a homossexualidade feria essa construção imagética de classe - que reforçava o estereótipo do nordestino, do homem que não chora, do cabra macho. Nesse contexto, a intolerância tornava-se sentimento constante nessa sociedade, polarizada, com ódio ao diferente e uma falta de empatia noticiada muitas vezes nos jornais da épocaⁱ.

A ditadura civil militar foi um dos momentos mais intensos de vigilância e monitoramento dos espaços urbanosⁱⁱ. Para exercer essa vigilância foi instaurado um departamento junto à Secretaria de Segurança Pública (SSP), a Delegacia de Costumes, responsável pelo monitoramento e imposição de normas comportamentais para manter o controle da ordem na cidade. A ordem e os bons costumes ditavam como cada cidadão deveria se comportar, punindo assim todo aquele que fugisse e/ou descumprisse suas normativas. A repressão era mais intensa contra as travestis marginalizadas que viviam da prostituição: “dizia-se que pessoas “de bem” não deveriam transitar pelas mesmas trajetórias que as profissionais do sexo, era perigoso dependendo da hora, podia-se além de pôr a reputação em risco, pôr a vida também” (SILVA, 2011, p. 103).

Comumente denominada como sodomia, a prática homossexual era inteiramente proibida e perseguida. Nem no momento mais liberado de nosso calendário, que é o carnaval, havia um abrandamento da comissão julgadora da Delegacia de Costumes. Exemplo disso foi a proibição do Bloco das Bonecas, em que homens participavam transfigurados em mulheres (SILVA, op. cit., p. 119-122), de ir às ruas. Os corpos humanos sempre foram objeto de controle do Estado de Direito, que estabelece costumes e normas legais para controlar a vida pública:

Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (FOUCAULT, 1999, p.112).

Várias esferas sociais contribuía para a construção de um imaginário negativo da homossexualidade. Seja através da religião majoritariamente judaico-cristã da população brasileira, que condenava a prática homossexual por meio do cânone bíblico; seja pela ciência que, a partir do século XIX, buscou explicar a homossexualidade como uma anomalia e/ou doença mental. O Estado, por si, só impulsionava a marginalização desse segmento social através do processo de higienização, perseguindo e fazendo vistorias em qualquer alojamento e agrupamento avistado ao longo da cidade do Recife, caso muito recorrente com as travestis - ou bonecas, como muitas vezes eram denominadas:

Os jornais do período dão conta de que as autoridades policiais eram constantemente solicitadas para que as mesmas tomassem algum tipo de providência sobre os atentados contra a moral das famílias do Recife. Era preciso que o ofício da prostituição fosse afastado dos olhos dos mais conservadores e da elite, para ser confinado num território específico, uma zona de meretrício (...) (SILVA, 2011, p 112).

Ao final da década de 1970, com o paulatino, lento e gradual declínio da ditadura militar e da abertura política, houve publicações de periódicos de contracultura. Considerados jornais alternativos, o intuito desses jornais era de expor situações do cotidiano, fossem elas envolvendo violência e crime contra o homossexual ou matérias e tabloides com a intenção de desconstrução do imaginário pejorativo a eles dirigidos.

Exemplo disso era o jornal que dava voz aos homossexuais, de grande notoriedade e circulação em âmbito nacional, intitulado “O Lampião da Esquina”, com primeira publicação datada a partir de 1978. Além da pauta principal sobre a homossexualidade eram discutidos também assuntos que envolviam as minorias: negros, mulheres, lésbicas, travestis, presidiários etc. (MARIUSSO, 2013). Essa era uma frente de batalha simbólica contra a censura e o silenciamento do diferente:

Outra frente de resistência (ao regime militar) foi a imprensa alternativa. Os “nanicos” – como eram chamados – eram jornais de pequeno porte, tanto nos recursos econômicos de que dispunham quanto no formato tablóide (publicados semanal, quinzenal ou mensalmente ou quando conseguiam sair), que mantiveram posição de forte e corajosa contestação à ditadura e tiveram papel importante na veiculação das informações, que o regime procurava esconder a todo custo, e no debate de ampla gama de assuntos políticos, econômicos e culturais. O humor e a sátira foram afiados de crítica (...). O Pasquim (desde 1969) inaugurou um estilo jornalístico, debochado e satírico, atacando e ridicularizando os descabros e o obscurantismo do regime (...). Inovando a forma e o conteúdo, diferentes em suas linhas editoriais e no tratamento dos mais diversos temas, outros jornais alternativos foram surgindo ao longo da década como Bondinho, EX, Movimento, Versus, Em Tempo, entre tantos outros. Outros ainda surgiam em torno de lutas dos movimentos feministas (Brasil Mulher, Nós Mulheres), negro (Tição),

homossexual (Lampião) (HABERT, 1996:39 apud FERREIRA, Carlos, 2010, p.4).

Recife também tinha seu próprio tabloide, chamado “Mundo Guei”ⁱⁱⁱ. Ele era distribuído nos jornais Diário da Noite que, como o nome sugere, era distribuído no turno vespertino - pela mesma empresa do Jornal do Comércio que era impresso pela manhã. Esses jornais tinham o compromisso de evidenciar situações de diferentes modos de violência que os homossexuais sofriam na época, assim como apresentavam temas, literatura e debates que buscassem fortalecer a identidade homossexual, trazendo pautas que entravam em choque com os costumes tradicionais da época.

O crescente empoderamento gay, que aconteceu ao longo dessa década em diferentes partes do mundo, se tornaria oportuno para a causa gay no Recife - tanto em razão do número de homossexuais que passaram a se assumir, quanto pelo surgimento de alguns lugares na cidade, como saunas gay, bares e boates caracterizados como lugares de “pegação” entre homens. Entretanto, havia lugares que passavam despercebidos por alguns transeuntes: ruas, cinemas e parques como o 13 de Maio que, apesar de ser um território aberto e heteronormativo, se tornava um lugar propício a paqueras e encontros entre a comunidade gay (SILVA, op. cit., p 147).

Esses lugares acabavam rompendo com a lógica de vigilância que o Estado exercia através da SSP. Os sujeitos conseguiam viver conforme suas subjetividades e opção sexual mesmo de forma sigilosa e/ou anônima, como estratégia de infiltração em um sistema que os invisibilizava e reprimia a liberdade de expressão e circulação da homossexualidade através das normas legais de criminalização e punição aos alvos definidos.

A década de 1970 foi importante para o crescimento e defesa dos direitos dos homossexuais, tendo como um dos marcos principais o bar Stonewall, em 1969, nos EUA. Antes vistos como sujeitos forasteiros e noturnos, os homossexuais sofriam violência de diferentes formas, que os levavam ao isolamento social e à expulsão de seu meio social – quando não os matavam. Não era incomum ver famílias que, ao descobrir que seus filhos eram homossexuais, acabavam expulsando-os de casa na intenção de não manchar o “nome da família”.

É nesse contexto que, durante o mês de abril de 1972, o jornal Diário de Pernambuco publica várias matérias sobre uma programação inusitada da capela do Poderoso Menino Jesus de Praga, localizado na cidade de Caruaru, onde o padre Henrique Monteiro, da Igreja Brasileira Ortodoxa Italiana, pretendia realizar o I Congresso de Homossexuais. Essa notícia chamou a atenção da Delegacia de Costumes do Recife, tendo o delegado de costumes, Genivaldo

Fonseca, intimado o padre a comparecer na delegacia da capital para prestar esclarecimentos sobre um evento que era um atentado aos bons costumes do homem nordestino.

Dado esse contexto, este artigo parte de uma **pesquisa de natureza descritiva** com a intenção de descrever a forma como o jornal Diário de Pernambuco tratava o tema em suas notícias e o contexto das políticas públicas que criminalizam costumes na cidade do Recife nos anos 70. Emprega uma **abordagem qualitativa**, por meio da pesquisa documental e bibliográfica, através de fontes e evidências que possam contribuir com a narrativa. A metodologia aplicada nesse trabalho será: i) a **pesquisa bibliográfica**: revisão bibliográfica de trabalhos sobre o tema e contexto estudados); ii) a **pesquisa documental**: o *corpus documental* desse trabalho é o Jornal Diário de Pernambuco, entre os anos de 1970 e 1979, com vistas a compreender o cotidiano e as dinâmicas sociais do Recife que reproduzem o preconceito contra os homossexuais; iii) o **estudo de caso**: o impacto da notícia sobre I Congresso dos Homossexuais na grande imprensa e na sociedade da capital pernambucana.

O recorte do período pesquisado no jornal foi de 1970 à 1979. A metodologia aplicada para pesquisa no Jornal Diário de Pernambuco foi inicialmente quantitativa: a ocorrência do termo homossexual / homossexuais / homossexualidade, e a identificação da frequência encontrada: ela foi maior nos três primeiros meses dos anos pesquisados (janeiro, fevereiro e março), principalmente no período do carnaval. Os termos eram encontrados com frequência em manchetes e matérias policiais, seguido por colunas de opiniões de redatores que discutiam sobre o assunto. E, em menor frequência, em espaços reservados para opinião do leitor. Posteriormente, ampliamos os termos buscados: homossexuais, bonecas, invertidos, travesti e congresso de homossexuais. As matérias sobre o I Congresso de Homossexuais apareceram no Jornal Diário de Pernambuco com frequência entre o dia 4 de abril - 5 de maio de 1972. E essa notícia repercutiu ainda no ano de 1973 em colunas de opinião.

2. A terminologia do preconceito

Os estudos científicos sobre a homossexualidade durante a primeira metade do século XX trouxeram reflexões generalizadas e pejorativas sobre esses sujeitos. As pesquisas tinham como pressuposto o “desvio sexual”, entendendo que o sujeito que não utilizasse seu sexo biológico para procriação não estaria são e precisaria de intervenção médica.

Os tratamentos para combate eram diversos, desde a ingestão de medicamentos a tratamentos mais intensos e destrutivos como privação social, internação em manicômio e tratamentos com choques elétricos. Tratada inicialmente como um problema mental, a

homossexualidade propunha um enorme desafio para as diferentes ciências médicas e intelectuais que pretendiam determinar o modo de vida, as características biológicas e a forma de expressão daqueles que eram considerados como desviantes do padrão heteronormativo, pois à medida em que novos corpos e estilos de vida vinham se alterando era perceptivo o crescimento desse grupo social na sociedade.

Durante o período que ficou conhecido como a Guerra Fria o mundo se dividiu em estruturas políticas distintas. Era um momento de polarização. Para os países capitalistas a luta contra o comunismo se acirra e tudo que soasse como comunismo era erradicado. E no campo de batalha sobre os costumes, os estudos sobre sexualidade e gênero se fortaleciam dentro e fora do país. Bares, boates e espaços para a comunidade homoafetiva também tinham se disseminado ao longo do período; entretanto, os pressupostos médicos iniciais que abordavam o homoerotismo como uma patologia foram retomados após o golpe militar instaurar códigos de conduta civil. Os homossexuais entenderam que ao circular em meio público tinham chance de ser escoltados e até mesmo presos.

De acordo com Benjamin Cowan, o controle aos desviantes sexuais e de gênero era sentido mais entre os gays, do que entre as lésbicas. É notório perceber no Diário de Pernambuco variações de termos pejorativos empregados aos homossexuais do período, que normalmente empregavam tom de ironia e desgraça. Os “entendidos”, termo esse, segundo Green, atribuído aos homossexuais assumidos e que naturalmente apresentavam traços efeminados em seu comportamento, eram os que sofriam maior retaliação. Frequentemente chamados de bonecas, em associação a trejeitos e vestimentas femininas, as travestis (termo também utilizado) eram motivo de chacota, violência e desumanização, pois não eram “nem mulher muito menos homem”, eram uma anomalia e também vistos como doentes patológicos.

Havia um crescente número de homossexuais na cidade, e principalmente de “entendidos,” vistos dia e noite em cada canto da cidade; as “bonecas” chamavam a atenção e eram vistas como escandalosas. Diante desse cenário o Jornal Diário de Pernambuco noticiou, no dia 04 de outubro de 1973, no caderno policial um acontecimento com a seguinte manchete “Policial acaba desfile de travestis e prende 16 ‘bonecas deslumbradas’”. A matéria conta sobre uma abordagem policial a um desfile de moda promovido por travestis na Rua Mariz de Barros, bairro do Recife: “Na ocasião em que as bonecas entravam na viatura policial aconteceram desmaios e gritos histéricos, causando grande confusão no local, que estava repleto de boêmios apreciadores de espetáculos exóticos”.

Aliás, o desvio de gênero na maioria das vezes era retratado como uma característica cômica, quando não simultaneamente bizarra, como acontece na charge abaixo:

Figura 1: charge no Jornal Diário de Pernambuco



Fonte: Diário de Pernambuco, 22 de novembro de 1972. 2º caderno.

Com a censura no assunto, os estudos de gênero eram quase inexistentes; havia poucos espaços em que se discutia sobre o papel e lugar social desses cidadãos que eram associados frequentemente a posições femininas distorcidas. Um dos poucos espaços que discutia o tema no Diário, o Caderno Sociedade e Feminino, em alguns momentos trazia discussões repletas de opiniões de redatores e intelectuais. Em 30 de maio de 1974, no tablete Diário Feminino, a Redatora Zenaide Barbosa critica a profissão de um famoso estilista francês, Courrèges, ao desenhar e produzir roupas femininas, afirmando que “o homossexual não pode vestir uma mulher com amor, porque ela lhe é indiferente, e é, talvez, por isso que ele (Courrèges) faz cores que não convêm. Os que vestem a mulher com marrons e cinzas não vivem a vida, não são verdadeiros apaixonados. São homossexuais, portanto não vivem.” Segundo Green a moda unissex surge durante a década de 70, revolucionando a moda com tons de cores mais sóbrios e roupas conhecidas pelo universo masculino - como calças compostas, coletes e jaquetas - sendo atribuídas para ambos os gêneros.

Segundo Sandro Silva (2011), muitas travestis recorriam ao uso de hormônios e tratamentos clandestinos para terem seus corpos transformados, o que causava um sobressalto até mesmo entre a comunidade homossexual, que muitas vezes desprezava as mais efeminadas.

Ocorre que a dicotomia passivo-ativo era algo recorrente, atribuindo características efeminadas aos sujeitos passivos enquanto os mais enrustidos eram tidos como ativos. A questão era tanta que gerava conflito entre eles, caso fossem confundidos com a denominação errada. Os ativos passavam despercebidos: eram caracterizados por corpos viris e masculinizados e considerados o padrão ideal para o homossexual, excluindo assim as travestis, as “tias” (homossexuais de meia idade) e as “bichas” (homossexuais com trejeitos efeminados).

A heteronormatividade estruturada na sociedade era percebida até mesmo entre os homossexuais que estigmatizavam corpos estereotipados nas relações homoeróticas. Ao serem questionados sobre preferências de par ideal, os entendidos, efeminados, sempre iam em busca dos “bofes”, normalmente caracterizados por serem viris e másculos, com corpos esculturais - sujeitos avaliados positivamente pela semelhança de sua postura com a do homem hétero. Assim, uma série de construções imagéticas fetichizadas, de fardados, bombeiros e militares, foi se disseminando no meio da cultura homossexual (SILVA, 2011, pag. 60).

Se de um lado havia os gays assumidos, com um comportamento efeminado, excêntrico, com uma persona caricaturada feminina, de outro os enrustidos viviam uma vida na maioria das vezes sigilosa, passando despercebidos pela sociedade: só eram “desmascarados” a partir do momento em que eram vistos saindo de uma boate ou clube gay ou fazendo parte de um grupo de homossexuais.

Um “cidadão de bem” jamais poderia estar entre as “más companhias” de homossexuais, pois se estivessem poderiam ser confundidos e sua imagem estaria comprometida. As práticas de vigilância como método de controle amparavam todo o aparato político e social, formando uma comunidade da informação:

“Essa comunidade de informação é representada inicialmente pelo aparato militar, através dos órgãos de informação, porém, à medida que o modelo vai sendo incorporado pelas pessoas, produz efeitos, vai agregando novos agentes à doutrina de segurança, vindos de segmentos diferenciados da sociedade, que passam também a compactuar e exercer a ‘mentalidade de informação’, aderindo à comunidade” (SILVA, 2007, pág. 47).

Essa prática também afetava os homossexuais. Eram frequentes as denúncias contra “libertinos” vistos frequentando partes da cidade do Recife - e quando estes eram homossexuais a intolerância era consentida. Como foi noticiado pelo jornal Diário de Pernambuco em 24 de fevereiro de 1970, por meio da queixa de um morador do bairro de Santo Amaro que denunciou uma residência onde eram realizados bacanais de homossexuais: “(...) relatando que às sextas-feiras e sábados, grande número de homossexuais realizava festas até o sol raiar, perturbando a

tranquilidade”. Na abordagem policial à “pensão de bonecas” flagraram oito duplas em “colóquios amorosos”. Apenas duas foram presas, pois estavam sem documentação e insistiam em usar seu nome social. A intolerância e o incômodo com os corpos das travestis eram tão notórios que se refletiam no teor de estranheza presente na escrita da notícia, que em riqueza de detalhes relatou: “No corre-corre, deixaram pantufas, perucas, unhas e cílios postiços, além de duas mini-saias vermelhas”.

Sandro Silva (2011) afirma que muitos homossexuais se viam obrigados a sair de suas casas, de suas famílias, em busca de um modo mais autêntico de viver; ou eram até mesmo expulsos de casa ao assumir sua sexualidade. A busca por um novo lar era tão urgente que eles encontravam casas que voluntariamente abrigavam vários sujeitos assolados por tais condições: as pensões alegres, residência de sociabilidade homossexual. Era o mais próximo de comunidade e até mesmo de família que muitos poderiam ter, no sentido de família como o que acolhe, protege e proporciona a sobrevivência desses cidadãos. Esses ambientes eram cruciais para a sobrevivência e adequação desses homossexuais na cidade, os quais com muito esforço se defendiam, formavam laços afetivos intensos e construía suas subjetividades. Em meio a uma sociedade que os condenava e questionava sua sanidade mental, a construção e afirmação dos sujeitos sofriam sérios conflitos. Mas, diferente do que se poderia imaginar, eles se aceitavam e negavam o discurso de doentes a eles imposto.

3. Toda libertinagem será castigada: a historiografia da repressão à sexualidade no Período Militar

Ao longo de nossa história é possível observar a imersão da cultura homossexual na sociedade. Mesmo que não evidenciada, era inevitável observar a presença e afirmação dessas pessoas nos espaços sociais. Entretanto, durante o regime militar, aparatos legais existentes desde a ditadura Vargas, como o Departamento de Ordem e Política Social – DOPS, foram aprimorados a partir do pressuposto da Segurança Nacional, e sua pauta ideológica contra a suposta onda comunista, do combate ao terrorismo e a todo tipo de manifestação que atentasse contra o Estado de exceção (SILVA, 2007, p. 106). As políticas de controle e vigilância social adotadas denotam um período de grande perseguição e de opressão da homossexualidade, vista como inimiga da democracia e da sociedade.

“Representantes do SNI e da Polícia Federal consistentemente incluíram acusações de homossexualidade em seus informes sobre “suspeitos” de subversão, com uma informalidade que indicou a presunção de que desvios sexuais, psicológicos ou de gênero não só constituíam uma constelação

própria, mas também punham em risco a segurança nacional.” (COWAN in GREEN, 2019, pag. 32)

Segundo Cowan, foi a partir da segunda parte do regime militar, conhecida também como período de chumbo, que a ditadura implantou seus conceitos ideológicos, com um enfoque nos assuntos morais. A libertinagem sexual dos homossexuais foi vista como ideologia comunista, cujo objetivo seria corromper os jovens da nação ao infiltrar um modo de vida doentio que fomentaria a inclusão de discursos os quais só poderiam ter vindo do MCI, Movimento Comunista Internacional.

O perigo, então, não era só a feminilidade pública, mas a ideia de que as várias encarnações da homossexualidade pública, das *bichas* e dos cabelereiros na televisão até a nova imprensa gay, identificada como tal, aliciariam as pessoas à prática da homossexualidade ou – pior ainda – tornarem-se homossexuais auto identificados e denominados. Portanto, um informe da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça em 1978 reclamou da influência crescente das ‘porta-vozes do ‘Movimento Gay’ no Brasil, isto é, têm como objetivo promover o homossexualismo, caracterizando, portanto, um atentado à moral e aos bons costumes”. (COWAN in GREEN, 2019, p.37).

A fiscalização no âmbito social alcançou um dos seus maiores picos. O Serviço Nacional de Informação (SNI), diante do estopim do movimento gay power que conquistou os Estados Unidos e grande parte da Europa, promulgando pesquisas e defendendo os direitos humanos desses sujeitos, se manteve atento a qualquer movimento de grupo social. Entretanto, por aqui as nuances desse movimento vieram surgir muito mais tarde. Jornais alternativos de contracultura, que surgiram nesse período no Brasil, denunciavam as injustiças e angústias da comunidade homossexual, mas sofreram grande perseguição. Foi o caso do Lampião da esquina, um dos jornais mais importantes do movimento e difundido em âmbito nacional, assim como dos jornais locais - entre eles um tabloide que circulou em Recife no Diário da Noite, chamado Mundo guei (SILVA, 2011). Além disso, várias produções artísticas e programas de televisão aberta foram censurados por motivos implícitos que supostamente incentivavam a homossexualidade. Esses atos de censura, segundo Pinheiro (2018), indicam um mal-estar nos órgãos de controle do regime militar quanto à presença, na esfera pública, dos homossexuais.

Mesmo não existindo um código legal que proibisse especificamente a homossexualidade, podemos notar diferentes formas de discriminação legitimadas na esfera política. Essa discriminação, alimentada pelo preconceito das elites brasileiras conservadoras, era respaldada pelo discurso institucional e pseudocientífico da Lei de Segurança Nacional (SILVA, 2007, p. 42). A Delegacia de Costumes, principal órgão de fiscalização e controle social, foi responsável por instaurar normativas que proibiam a presença de lugares de

convivência gay, assim como o fechamento de boates e clubes gays. No Recife, durante os anos iniciais da década de 1970, muitas festividades e eventos homossexuais foram barrados e proibidos. Até mesmo no carnaval a censura foi extrema: “serão recolhidos ao xadrez os homossexuais que estiverem ou não fazendo o passo durante o carnaval”, descreve uma notícia do Diário de Pernambuco de 28 de janeiro de 1970, sobre determinação de censura instituída pelo secretário coronel Gastão Barbosa Fernandes, da Secretaria de Segurança Pública (SSP), reforçando uma “fiscalização rigorosa contra os foliões que se portarem inconvenientemente”.

Muitas travestis eram encontradas em diferentes partes da cidade - e não só durante a noite, período considerado mais propício para socialização e prostituição. Foi o que revelou uma matéria do Diário de Pernambuco em 21 de maio de 1972 sobre as “mariposas diurnas”, que relatou a rotina de muitas travestis vistas em plena luz do dia na Dantas Barreto: “um poste, uma esquina ou um carro servem de encosto para uma espera que pode não resultar em nada”. Essas travestis, apesar de descritas como mais discretas, costumavam tumultuar a avenida e até mesmo a Conde da Boa Vista: “Mas existe algo de estranho entre as “bonecas do dia”: de um modo geral estão grávidas. E não há equilíbrio de idade – ou são coroas ou muito jovens”. Muitos homossexuais acabavam entrando no mundo da prostituição o qual, segundo James Green, acabava sendo a única opção de renda para muitas. O milagre financeiro propagandeado durante o regime militar também não as incluía.

A região do baixo meretrício, denominação dada a vários lugares localizados na região central da cidade, abrigava um alto fluxo de indesejáveis sociais dentro dos espaços urbanos e, como visto anteriormente, era muito frequentada pelas travestis. Entretanto havia algumas regiões da cidade em que a fiscalização era bem maior, como no bairro de Boa Viagem. Através de um tabloide chamado Cartas à Redação, no qual cidadãos escreviam à redação seus textos de opinião, é impresso em 07 de junho de 1977 um texto direcionado a Delegacia de Costumes onde se denunciava a existência de “alguns pontos do bairro que estão se tornando um verdadeiro antro de baixo meretrício, com a presença de anormais em trajés femininos (...)”. O autor do texto havia parado em frente a um ponto para trocar o pneu de seu carro que havia furado e, com sua esposa e filhas no carro, se sentiu ameaçado. Ele aponta: “os homossexuais são afoitos e andam armados, não temendo a presença masculina.”

Estando na maioria das vezes em grupos, esses homossexuais, e principalmente travestis, tentavam se defender de ameaças que surgiam em seu cotidiano. Como exemplo dessas ameaças podemos citar o Grupo de Cabeludos, composto por 5 cabeludos com idade

entre 16 e 19 anos - também conhecido como “Comando de Caça aos Afeminados” – que, conforme notícia de 28 de maio de 1970, assolava o bairro de Boa Viagem perseguindo e aprontando várias atrocidades a homossexuais flagrados nas ruas. Sem falar em violência policial, como praticada em 1973 por policiais do 1º distrito: uma “marquesa” prestou queixa sobre uma abordagem policial que apreendeu sua peruca. Casos como esses eram recorrentes. A notícia expõe: “o pior é que muitos dos prejudicados deixam de pedir providência às autoridades, porque aqueles que já o fizeram, sofreram perseguições.” Denúncia realizada pelo homossexual Ednaldo Vitorino da Silva que procurou providências na Delegacia de Costumes pela apreensão da peruca que havia sido alugada, e que geraria multa caso não fosse entregue no prazo estipulado. (Diário de Pernambuco, 06 de julho de 1973).

As punições aplicadas pelas normas da secretaria de costumes normalmente eram prisões de regime de 24h à 48h. Além delas havia os excessos muitas vezes velados, e as abordagens policiais na maioria das vezes relatavam como motivo a falta de documentação, ou seja: muitos deles eram escoltados e levados à delegacia por andarem sem documento. Os crimes de vadiagem eram comuns na época e, na maioria das vezes, eram praticados por “indesejáveis sociais” (Diário de Pernambuco, 02 de junho de 1973). Uma das punições mais peculiares encontradas nas páginas do Jornal Diário de Pernambuco foi a reportada na edição 245 do dia 12 de setembro de 1975, segundo a qual dezoito homossexuais foram detidos em diversos pontos da cidade, por agentes da Delegacia de Costumes, e foram obrigados a lavar cadáveres no IML como castigo por “darem bandeira na Conde da Boa Vista”. Segundo Green, “Presumivelmente, o comportamento homossexual discreto era tolerado, enquanto extravagantes desvios de gênero em público não” (GREEN, 2019, pag. 380).

Nas reportagens policiais do jornal era difícil não encontrar algum caso de homossexual, até mesmo presos, que a partir de então revelavam a sua predisposição/envolvimento com homossexuais. Religiões de matriz africana também sofreram repressão durante o período, como ocorreu com a perseguição aos terreiros de Umbanda. Uma série de estudos associavam a vida privada dos sacerdotes de terreiros a comportamento e envolvimento homossexual. Esses estudos, provenientes da pesquisa intitulada “Problemas da Etnografia afro-brasileira”, de Alberto de Azevedo, do Instituto Joaquim Nabuco, denunciavam como “continua a existir o homossexualismo religioso ou ritual nos grupos de culto afro-nordestinos”, e foram divulgados a partir de um tabloide, intitulado Afronordestino, publicado no Diário de Pernambuco em 30 de outubro de 1971.

Certamente a homossexualidade era vista como uma ofensa à sociedade brasileira, ao padrão de constituição de família e aos valores culturais e religiosos associados. Era algo que “naturalmente” não fazia parte da construção imagética e idolatrada do “homem cabra macho nordestino”. Sendo assim, segundo a perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, era pressupostamente comunista, de caráter externo, ostensivo e associado à militância de esquerda, principal alvo de combate do regime ditador.

Entretanto, a militância de esquerda comunista, empenhada em obstruir o regime ditatorial, não aderiu a temas e pautas sociais como a homossexualidade. Segundo Green, os militantes homossexuais que entravam dentro de algum grupo na maioria das vezes decidiam em que lado lutar, pois nenhuma das partes normalmente incluía o assunto. Assim foram surgindo poucos grupos, já no final da década de 70, que promoviam discussões e militância contra a formação cultural patriarcal. A militância homossexual, no final da década de 70, a partir da abertura política, geralmente se aliava a causas feministas contra o sexismo e a dissolução dos corpos marginalizados.

4. A notícia do I Congresso Homossexual em Pernambuco

A pesquisa em jornais permitiu encontrar um dos principais e curiosos achados de repressão ao longo do regime militar. É importante compreender que, por mais que essa discriminação fosse promovida pelo Estado, ela também era sentida nas diferentes repartições de poder que compõe e atravessam a sociedade. As instituições religiosas, voltadas ao serviço do povo, reconhecidas pelo Estado, normalmente possuem uma autonomia em sua liturgia e prestação de serviços. Entretanto, em 1972, foi registrado no Jornal Diário de Pernambuco, no Caderno de Municípios, uma atitude de repressão do Estado contra programações da capela do Poderoso Menino Jesus de Praga, localizada na cidade de Caruaru. O fator primordial da ação das igrejas cristãs de forma geral é pregar e levar conhecimento religioso e fé à sociedade; seu compromisso de certa forma se alinha à moral e aos bons costumes e tais instituições são peças importantíssimas na construção cultural e das mentalidades sociais.

Durante o mês de abril do referido ano, as páginas do jornal Diário de Pernambuco foram tomadas por uma das principais notícias da capital do estado e de todo país: os veículos de comunicação estavam voltados para o acompanhamento do I Congresso de Homossexuais, anunciado pelo padre Henrique Monteiro, da Igreja Brasileira Ortodoxa Italiana. Foram relatados no dia 4 de abril os objetivos do congresso e a agenda um tanto incomum da capela. “Segundo o pe. Henrique Monteiro, o congresso dos Pederastas é coisa séria e terá como

objetivo a conscientização dos viciados sexuais, a fim de que possam regenerar-se” - relatou o jornal.

Além do referido congresso, programado para o mês de julho, a igreja divulgou também sua programação da semana, que contaria com uma missa para as prostitutas do baixo meretrício da cidade. Atribuindo juízo de valor, a prostituição feminina seria mais aceitável que a prática homossexual, visto que essa última também era considerada como doença psíquica. Segundo o padre: “Referindo-se as madamas, (é como o padre trata as mulheres de vida fácil), diz o sacerdote que o ato sexual das prostitutas é válido, embora considere esse ato anticristão, quando usado imoderadamente” (Diário de Pernambuco, 04 de abril de 1972).

Não tardou para que a notícia percorresse o país. Ao longo do mês de abril esse foi um dos assuntos mais comentados no jornal Diário de Pernambuco, a partir da edição 77 até a edição 89, invariavelmente, levantando diferentes opiniões sobre o evento e sobre a postura do padre. A priori é apontado que a homossexualidade não deveria ser discutida em eventos ou espaços religiosos, pois estes não tinham aparato científico para tratar doenças - já que eram assim que os homossexuais eram vistos, como doentes, uma anomalia. Com o objetivo de reunir o máximo de homossexuais possível, o padre viajou para Natal para divulgar o evento, que tinha pretensão não só de reunir os sujeitos locais, mas também dos estados vizinhos. O delegado de Costumes de Recife, Genivaldo Fonseca, intimou o padre a comparecer na delegacia de Recife, ordenando prontamente o cancelamento do evento, visto como um atentado aos bons costumes do homem nordestino. O delegado de Caruaru foi ainda mais incisivo: “o congresso não será realizado porque o Nordeste tem é cabra macho”.

É evidente o desconforto que a homossexualidade causava nessa sociedade. O evento, mesmo esclarecendo sua intenção de “correção e recuperação moral desses indivíduos”, foi interpretado pelo “moralista”, definição dada pelo jornal ao delegado de costumes de Recife, como sendo mais uma “fórmula de escape para a frustração de uma dezena de invertidos que ainda não se habituaram a viver numa terra onde somente os machos têm vez”. Além de mostrar total desconhecimento do assunto, o deputado estadual José Liberato também discordou do evento e estabeleceu a homossexualidade como um tabu intocável, que oferece risco principalmente à juventude: “tal fato seria uma maneira de despertar a mente da mocidade caruaruense que, até o momento, apesar de ser Caruaru uma cidade que possui uma juventude estudiosa, com certeza não formou uma consciência exata para tão delicado assunto (...) acho que nossa sociedade não está preparada para entender um conclave dessa natureza” (Diário de

Pernambuco, 06 de abril de 1972). Igualmente, a missa voltada para as prostitutas da cidade também foi reprimida pelo tenente local, que não hesitou em mandar tropas militares para impedir a realização do evento durante o dia.

Mesmo com tanta objeção, o padre em todo momento defendeu o evento e prontamente respondeu à maioria das opiniões contrárias. Em respostas aos oficiais o padre citou o decreto Episcopal e a legalização dos ofícios da igreja sem interrupção externa, alegando “não admitir intromissão indébita de elementos não pertencentes à referida sociedade religiosa, não podendo ser molestado por qualquer pessoa, grupo ou indivíduo de qualquer classe social ou profissional que venha a lhe atingir moral, religiosamente ou fisicamente”. Paulistano, sua ordenação se deu em 1966, em Santa Catarina; exerceu o sacerdócio primeiramente no sul do país, mas foi no Nordeste que se estabeleceu. Conheceu sua mulher em uma viagem para a Bahia e se casou na terra natal da esposa, em Caruaru, onde fundou sua capela.

Com a confirmação de vários homossexuais para comparecer ao evento ficou evidente o quanto o poder religioso afetava a vida da sociedade, representando para muitos a principal filosofia de conduta e postura de vida. A fé vai muito além de seguir dogmas e preceitos sagrados, elegendo uma função ainda maior: o conhecimento e instrução das escrituras sagradas cujo principal propagador, tendo em vista o alto índice de analfabetismo da sociedade, é o sacerdote. Condenados pela igreja e ignorados pelos poderes políticos, os homossexuais pela primeira vez enxergaram uma esperança no futuro, defendendo o padre e propondo uma aliança de proteção. Segundo Múcio de Queiroz Lima (2017), o jornal descreveu algumas preocupações que os homossexuais enfrentavam: incertezas em relação ao futuro, principalmente daqueles que não possuíam nenhuma profissão ou atribuição que lhes trouxesse retorno financeiro e o medo de uma decadência física ou velhice desolada assombravam a maioria dos homossexuais entrevistados. Eles planejaram propor uma alternativa junto com o padre, durante o Congresso de Homossexuais: a criação de uma Sociedade Protetora das Bonecas. Enquanto alguns foram otimistas em relação à realização do evento, outros mais céticos temeram a ridicularização e apreensão do grupo, como foi o caso dos entrevistados Epitácio, Zé Amarelinho e Daniel, os quais receavam que “o padre Henrique venha a jogá-los contra as autoridades, criando-lhes situação vexatória, principalmente, com relação a polícia” (Diário de Pernambuco, 16 de abril de 1972).

Durante viagens de divulgação e arrecadações financeiras o padre agregou pessoas contras e a favor do evento; mas algo certo é que seus passos estavam longe de serem ignorados.

O padre foi apreendido no interior de Vitória de Santo Antão, numa capela onde divulgava o congresso, por policiais segundo os quais ele estava arrecadando fundos para o “evento exótico”. Foi diretamente encaminhado para a delegacia de Recife. A edição do jornal de 18 de abril trazia sua foto de perfil em destaque pela primeira vez, para evidenciar o fim dos planos de um conturbador moral. O jornal, aliás, destacou a fala de rendição do padre: “desisto dos meus objetivos, pois fui esclarecido pelas autoridades e sei que estou errado”.

Figura 2: Foto do pe. Henrique Monteiro no Jornal Diário de Pernambuco



Fonte: Diário de Pernambuco, 18 de abril de 1972. 3º caderno.

Estampado no catálogo criminal, o padre preso, além de ter mostrado claramente que fora forçado pelas autoridades a cancelar o evento, teve que se pronunciar como culpado e imoral, apontando que, se preciso fosse, voltaria para sua terra natal. De acordo com a análise do DOPS e fontes orais estudadas pela historiadora Marcília Gama, desmoralizar o acusado era uma prática muito comum nas salas de interrogatórios, cuja função “era transformar-nos em seres desprezíveis, culpados, desprovidos de qualquer referencial, nos expondo a toda sorte de humilhações, insultos espúrios e degradantes”^{iv} (SILVA, 2007, pág. 85). Semanas após foi publicado, no dia 5 de maio, o desaparecimento do padre. Vizinhos relataram que ele havia fugido de sua casa na calada da noite, sem dizer para onde iria, apenas deixando a chave da casa vazia com o vizinho.

É evidente que a doutrinação dos *perversos* homossexuais e prostitutas não foi o problema, mas sim a forma como foi divulgada. A titulação *Congresso de Homossexuais* soou favorável ao grupo. Em uma sociedade extremamente homofóbica, na qual as mulheres já eram culturalmente tuteladas pelos homens, os homossexuais - considerados como doentes, imorais e até mesmo criminosos, discriminados em seus direitos civis - jamais poderiam ter um evento próprio, mesmo que pautado por preceitos pró-moralistas e religiosos.

5. Considerações finais

Vimos nos itens anteriores como a política de exceção do regime militar atingiu um grupo específico da sociedade: a população LGBTQI+^v, especificamente os homossexuais masculinos. A pesquisa nos jornais favoreceu a análise de como a manipulação política é fator importante para o exercício do controle social em períodos de excepcionalidade, através da escolha e aplicação de termos ofensivos nos jornais de grande circulação. O uso desses termos é respaldado por um preconceito social, que por sua vez legitima a fiscalização daquilo que foge à norma e permite que as instituições do Estado de Direito se desvirtuem e passem a produzir informação em nome da manutenção da ordem e dos bons costumes. Esse modus operandi comprova que um regime ditatorial se expressa de diferentes formas no âmbito social.

Apesar de ser um estudo sobre o século XX, não é difícil percebermos continuidades nos dias de hoje. Há um sentimento de homofobia que permanece em nossa história, e por mais que tenhamos conseguido alguns avanços nos direitos da causa LGBTQI+ no Brasil, como a criminalização da homofobia, e em alguns países até o casamento homoafetivo, há ainda um longo caminho a ser percorrido. Caminho este que vai além de garantir equidade nos direitos, mas também passa pela necessidade de preservar vidas e garantir sua liberdade de expressão e incorporação nos diferentes espaços políticos e sociais.

A partir da análise historiográfica, conseguimos definir padrões comportamentais, tanto sociais quanto institucionais, de negligência e até mesmo de consentimento quanto à perseguição daqueles sujeitos considerados *anormais*. A situação é mais grave para os corpos Transsexuais e Transgêneros, que possuem um longo histórico de repressão e violência sobre seus corpos sexualizados. Segundo pesquisa relatada pelo jornal internacional El País (2019), mais de 50% dos LGBT dizem ter sofrido alguma violência desde as eleições de 2018 no Brasil. A pesquisa realizada pela Gênero e Número, de enquete Violência contra LGBT+ no contexto eleitoral e pós-eleitoral, afirma:

As mulheres lésbicas são as que mais declararam ter sofrido violência (57%), seguidas das pessoas trans e travestis (56%), gays (49%) e bissexuais (44,5%).

A violência verbal foi a mais prevalente, em 94% dos casos, seguida de tratamento discriminatório (56%), assédio moral (54%) e violência física (13%). As ruas ou espaços públicos são os locais onde os episódios de violência são mais comuns (83%). Também são comuns agressões em comércio ou serviço público (46%), ambientes familiares (38,5%), mercado de trabalho (23%), escola/universidade (19%) e espaços religiosos (12%). (EL PAIS, 2019).

A péssima política pública de proteção à comunidade LGBT no Brasil reflete o alto índice, e com recorde, pelo 12º ano consecutivo em 2020, de país que mais assassina transexuais no mundo. Segundo o levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra, entre a população transexual e transgênero, a maior incidência de violência e homicídio é sobre as mulheres trans. Ainda segundo os dados da Antra, 72% dos assassinatos trans em 2020 aconteceram contra travestis e mulheres transexuais que eram profissionais do sexo. A pesquisa mostra que o preconceito, a falta de oportunidades e a escassez de políticas públicas faz com que essas mulheres encontrem a prostituição como única forma de sobreviver^{vi}. O Atlas da Violência 2020, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta a escassez de dados e indicadores oficiais de violência como um desafio central para o avanço da agenda LGBTQI+ no Brasil, e sugere que a criminalização da lgbtfobia, anexada aos casos possíveis de punição pela Lei de Racismo (Lei nº 7.716/1989), deveria ampliar os registros oficiais de violência contra essa população (IPEA, 2020, p. 66)^{vii}

Esse cenário é reflexo de uma conjuntura política que nega os direitos e a causa LGBTQI+, num país onde o próprio ministro da educação aponta que os homossexuais são gerados a partir de lares problemáticos^{viii}. Ou seja: resultado de uma disfunção familiar, tratando do tema como se envolvesse uma escolha de vida feita na adolescência como afronta às normas *cis-hétero*. Além disso, o ministro apoiou barrar a educação sexual nas escolas, algo visto por ele como uma *ideologia* que se propõe à erotização das crianças.

A negligência atual no setor político quanto às políticas LGBTQI+ lembra um dos períodos mais tenebrosos de nossa história, o período ditatorial: durante o século passado a ditadura militar se estruturou a partir de uma lógica de privação e recessão de direitos humanos. Para os marginalizados, como era o caso dos homossexuais e transgêneros, a perseguição era sentida em vários âmbitos do espaço público e político.

Este artigo se propôs a trazer à tona uma realidade conturbada de supressão de direitos nos anos 1970. A história nos serve como um referencial de nossas vitórias e derrotas, sendo importante trazer esta memória à tona, sobretudo no período de crise política e de perdas de

conquistas legais, tal como vêm ocorrendo atualmente no Brasil do século XXI. Não é à toa que este se torna um assunto muito atual, que volta a ser discutido nos espaços públicos, nos mostrando a importância de estarmos sempre alertas sobre qualquer conjuntura política que tente reverter e fazer sucumbir direitos que são resultado de conquistas sociais.

A comunidade LGBTQI+ possui um histórico de resistência e de luta que antecede até mesmo a formação das siglas representativas. A necessidade de afirmação e de fiscalização dos avanços conquistados pela comunidade se mostra cada dia mais necessária nos tempos atuais, em face das ideologias de movimentos sociais conservadores e seus discursos de ódio, os quais capitalizam uma perspectiva homofóbica que se encontra no cerne de nossa cultura. É preciso estarmos atentos e fortes.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Um leque que respira: a questão do objeto em história*. In: . História: a Arte de Inventar o Passado, ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007. Parte 2, Cap. 8, p.149–162.

ALFAGEME, Ana. *Morrer por ser gay: o mapa mundi da homofobia*. *EL PAIS*, 22 Mar. 2019. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/internacional/1553026147_774690.html, acesso em: 20 de dezembro de 2020.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas - Um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos*. Albuquerque: Revista de História, v. 3, p. 1, 2010.

BORGES, Rebeca; COSTA, Mariana; MENEZES, Bruno (org.). *Pelo 12º ano consecutivo Brasil é o país que mais assassina transsexuais*. *Metropoles*, 01 fev. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-o-pais-que-mais-assassina-transsexuais>. Acesso em: 02 fev. 2021

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. *Quando espaço se torna locus de poderes ensaio sobre uma geopolítica urbana em Recife/PE*. *Revista de Geografia*, mai/ago 2009.

COWAN, Benjamin. *Homossexualidade, ideologia e subversão no regime militar*. In GREEN, James. *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX – 2º ed*. São Paulo: Editora Unesp, 2019. (Pp. 27-52)

FERREIRA, Carlos. *Imprensa homossexual: surge o lampião da esquina*. Revista ALTERJOR. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP) Ano 01 – Volume 01 Edição 01 – janeiro-dezembro de 2010. Acessado em 15 de julho de 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GREEN, James. *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX* – 2º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GREEN, James. QUINALHA, Renan (org.). *Ditadura e homossexualidades: Repressão, resistência e a busca da verdade.* – São Carlos, ed. Edufscar, 2019.

LIMA, Marcus Antônio Assis. Memória coletiva de dissidentes sexuais na ditadura militar brasileira: um estudo do Lampião (1978-1981). *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, 2017.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *O Lampião da Esquina: homossexualidade e religião na imprensa gay no Brasil (1978-1981)*. Revista Eletrônica em Ciências da Religião – UNICAP. ISSN 2178-8162. Paralellus, Recife, v. 4, n. 8, p. 323-334, jul./dez. 2013

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. A igreja e a avenida: embates da modernização urbana na cidade do Recife. *XXVIII Simpósio Nacional de História Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis-SC, 27-31 de julho de 2015.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do; Paulo de Moraes Rezende, Antonio. *Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975): sobre mediações históricas e literárias entre a história recente do Recife, o romance: A rainha dos cárceres da Grécia, de Osman Lins*. 2004. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

PINHEIRO, Douglas. *Autoritarismo e homofobia: a repressão aos homossexuais nos regimes ditatoriais cubano e brasileiro (1960-1980)* Artigo. – Cad. Pagu nº 52 Campinas, 2018 Epub 03-maio-2018.

RIBEIRO, Milton. Entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo, em 24 de setembro de 2020. In Portal do G1. Ministro da Educação diz que gays vêm de famílias desajustadas e que acesso a internet não é responsabilidade do MEC. G1 Educação – 24 set. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/24/ministro-da-educacao-diz-que-gays-vem-de-familias-desajustadas-e-que-acesso-a-internet-nao-e-responsabilidade-do-mec.ghtml?fbclid=IwAR0JO_6blC1t5PtOXAjr74PipCKxVokHrckhlBCGeb2rxJ2n_45EIFGMYU0. Acesso em 30 jan. 2020.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção de estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Sandro José. *Quando ser gay era uma novidade: aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

Jornal Diário de Pernambuco

PERNAMBUCO, Diário. Policial acaba desfile de travestis e prende 16 bonecas deslumbradas. 04 out. 1973. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=48060 ; Acesso em: 20/09/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Charge. 22 nov. 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=35307 ; Acesso em: 21/09/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Sociedade e Feminino. 30 maio 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=56926 ; Acesso em: 21/09/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Polícia descobre e fecha clube só de homossexuais. 24 fev. 1970. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=%22homossexuais%22&pagfis=1563 ; Acesso em: 30/09/2020.

PERNAMBUCO, Diário. “Bonecas” detidas em trajes femininos. 15 jun. 1976. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=85875 ; Acesso em: 30/09/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Travestis estão proibidos de brincar Carnaval. 28 jan. 1970. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=%22homossexuais%22&pagfis=793 ; Acesso em: 01/10/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Mariposas diurna. 21 maio 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=27902 ; Acesso em: 30/09/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Cartas à Redação. 07 jun. 1977. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=101575 ; Acesso em: 15/10/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Grupo de cabeludos em Boa Viagem espanca e servicia homossexuais. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=4485 ; Acesso em: 20/10/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Marquesa presta queixa contra policiais que apreenderam sua peruca. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=44424 ; Acesso em 20/10/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Homossexuais foram presos em B. Viagem quando badernavam. 02 jun. 1973. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=43038 ; Acesso em: 05/11/2020

PERNAMBUCO, Diário. Homossexuais obrigados a lavar cadáveres no IML. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=74491 ; Acesso em: 05/11/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Afronordestino. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=20936 ; Acesso em: 10/11/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Padre organiza congresso de homossexuais: Caruaru. Disponível:http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22%20congresso%20de%20homossexuais%22&pagfis=26210 ; Acesso em: 10/12/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Padre viaja para explicar congresso de homossexuais. Disponível:http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22%20congresso%20de%20homossexuais%22&pagfis=26270 ; Acesso em: 15/12/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Local e Estadual. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=26658 ; Acesso em: 15/12/2020.

PERNAMBUCO, Diário. Preso idealizador do Congresso das Bonecas. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22homossexuais%22&pagfis=26760; Acesso em: 20/12/2020.

Regras para submissão Revista CLIO UFPE

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. Todos os artigos deverão estar em editor de texto Microsoft Word.

Os artigos devem ter entre 15 e 25 páginas de extensão, digitadas em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, com todas as margens 2,5cm, folha tamanho A4.

Abaixo do título, deverá constar apenas o nome do autor(a). Ao final da primeira página, abaixo dos resumos, deverá constar uma pequena biografia, com a titulação e função atuais, instituição e departamento ao qual ele(a) se vincula, endereço de contato (preferencialmente da instituição ao qual é vinculado(a), e-mail e ORCID.

Fotografias, ilustrações, tabelas e/ou gráficos, devem estar inseridos no corpo do texto. As tabelas e os gráficos devem ser numerados consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçados por título, com as fontes devidamente mencionadas. As imagens, em formato JPG, devem ter legendas iniciadas pelo termo Figura e numeradas em algarismos arábicos. Exemplo:

Figura 1: crítica no Jornal *O Nacional*.



Fonte: O Nacional 02 de janeiro de 19477.

Tabela 1: xxxx xxxx xxxx xxxxx xxx.

xxxxxxx	xxxxx	xxxxxxx
xxxx xxxxx xxxxx		•
xxxxxx	•	
xxxxxxxx		•
xxxxxx		•

Fonte: xxxxx x x x x xxxx

As notas (de acordo com a NBR 6023) deverão ser colocadas ao final do texto, juntamente com a bibliografia consultada.

As resenhas deverão ter até cinco páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12.

2. Os artigos devem conter título e resumo de **no máximo 08 linhas**, fonte Times New Roman, tamanho 12 em português, inglês e espanhol. Também devem conter 4 palavras-chaves nos respectivos idiomas, iniciadas com letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula.

As resenhas também deverão vir acompanhadas com os títulos em inglês e espanhol e também de 4 palavras-chave em português, inglês e espanhol, separadas por vírgula e letras iniciais maiúsculas.

3. Os autores dos artigos e resenhas submetidos à CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, atestam que suas colaborações são originais e inéditas (não estão sendo avaliadas por outra revista ou nunca tiveram uma versão dos mesmos publicada anteriormente).
4. As notas ao final do documento e as referências bibliográficas devem estar separadas e seguir as normas da **ABNT-NBR 6023**, a qual foi baseada nas ISO 690:1987 e ISO 690-2. (texto completo da NBR 6023)

A bibliografia, juntamente com as notas, deverão constar ao final do texto. Abaixo, exemplos de citações:

Livro:

SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. nnp.

Capítulo ou parte de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: SOBRENOME, Nome (Org.) Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p.xxx-yyy.

Artigo em periódico:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em itálico, Cidade: Editora, v.xx, n.xx, p.xxx-yyy, ano.

Trabalho acadêmico:

SOBRENOME, Nome. Título em itálico: subtítulo. Dissertação/Tese (Mestrado/Doutorado em ...) – Unidade, Instituição. Cidade, ano. nnp.

Texto obtido na internet:

SOBRENOME, Nome. Título. Data (se houver). Disponível em: www...; Acesso em: dd mmm. ano.

Trabalho apresentado em evento:

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, número (se houver), ano, Local do evento. Anais... Local: Editora (se houver), ano. p.xxx-yyy.

ⁱ Ver jornal Diário da Noite e dissertação de Sandro Silva (2011).

ⁱⁱ O período de chumbo foi a fase mais terrível da ditadura, momento em que foi promulgado o AI – 5, aparato constitucional que decretou o fechamento do Congresso Nacional, e a cassação dos direitos políticos de qualquer cidadão; durante esse período a perseguição aos grupos estudantis e as universidades como um todo foram intensas; assim como a censura da imprensa, cassações e práticas de tortura tornaram-se ferramentas de controle daqueles que contrariassem o regime ou que fossem encarados como suspeitos.

ⁱⁱⁱ Para esse tema ver dissertação de Sandro Silva (2011).

^{iv} Depoimento relatado por uma militante política feminina do PCBR.

^v LGBTQ+ é uma sigla que comporta: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer e o sinal + significa que a sigla não encerra todo amplo aspecto de gêneros e sexualidades.

^{vi} Portal de notícias Metrôpoles, 2021.

^{vii} IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da Violência 2020. [Ipea - Atlas da Violencia v.2.7 - Atlas da Violência 2020](#) Acessado em 20/02/2020.

^{viii} “São famílias desajustadas, algumas. Falta atenção do pai, falta atenção da mãe (...) São questões de valores e princípios.” G1.Globo.com / 2020.